

RESUMO:

Este artigo objetiva contribuir com o debate sobre o Território Centro-Sul do Paraná com respeito à estratégia de negócio do Banco do Brasil – “Desenvolvimento Regional Sustentável” (DRS) – e sua escolha: auxiliar o desenvolvimento da produção de leite no território. Esclarecemos que para haver o pleno desenvolvimento, algumas medidas (assistência técnica, auxílio financeiro e harmonização entre indústria e produtor) devem ser tomadas como requisitos básicos, prevalecendo sempre em consonância com os recursos naturais e a realidade dos pequenos produtores. Nossa presença na região deve-se ao projeto “Apoio à Concepção de Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável no Território Centro Sul do Paraná”, do programa Universidade Sem Fronteiras da SETI-PR.

PALAVRAS-CHAVE: Território Rural Centro-Sul do Paraná. Desenvolvimento Regional Sustentável. Pequeno Produtor.

ABSTRACT:

This paper aims to contribute with the debate about the Rural Center-South Territory of Paraná, concerning with business strategy of Bank of Brazil – Regional Sustainable Development (DRS) – and its choice: to aid to develop the production of milk in the territory. We cleared that to catch the full development, some measures, like technique attendance, financial aid and harmonization between industry and producer must be adopted, as basic requirements; besides we may have a deep concern about the natural resources and about the reality of the little producers. Our presence in the area is due to the project “ Support to the Conception of Plans of Regional Sustainable Dvelopment in the South Center Territory of Paraná ”, of the program University without frontiers of the State Office of Science, Technology and College Education (SETI).

KEY WORDS: Rural Center-South Territory of the Paraná. Regional Sustainable Development. Little Producer.

Estratégia de desenvolvimento regional e sustentável: análise do território Centro-Sul do Paraná

INTRODUÇÃO

No final do século XX, intensificaram-se, em escala global, as preocupações e as discussões sobre o desenvolvimento sustentável. O processo de gerar uma consciência crescente sobre as limitações dos recursos naturais e das desigualdades sociais, por parte dos governos e da sociedade civil, inclusive do meio empresarial, deu origem ao conceito de responsabilidade sócio-ambiental, que atualmente já se percebe como fator importante a ser considerado nas estratégias corporativas das grandes empresas.

Cronologicamente, tivemos, em 1972, a Conferência Mundial do Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. Seguiu-se um estudo, contratado pelo Clube de Roma, com o título de Limites do Crescimento, apresentando previsões catastróficas para o século XXI, mantidas as condições de exploração dos recursos naturais da época. Em 1983, a Organização das Nações Unidas constituiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, estabelecendo estratégias de longo prazo, contemplando os aspectos ambientais, para assegurar que o desenvolvimento econômico e social se processasse de modo ambientalmente sustentável. Em 1987, a Comissão publicou o documento, conhecido como Relatório Brundtland, onde, pela primeira vez, o conceito de desenvolvimento sustentável era apresentado como sendo o que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (BECKER, 2002; CORDANI; TAIOLI, 2003).

Em 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente - Eco 92, no Rio de Janeiro, quando 178 Chefes de Estado assinaram um documento, a Agenda 21, estabelecendo pontos a serem considerados pelos países, no sentido de promover em mudança no padrão de desenvolvimento para o século XXI, conciliando métodos de proteção ambiental, com justiça social e eficiência econômica. A Agenda traduz, em ações, o conceito de desenvolvimento sustentável, tratando-se de um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de uma região, planejando o futuro de forma sustentável. Cada país deve elaborar e implantar a sua Agenda prevendo ações estratégicas, visando a geração de trabalho e de renda, buscando diminuir as disparidades regionais e interpessoais de renda, mudar os padrões de produção e de consumo, construir cidades sustentáveis e a adotar novos modelos e

Carlos Geovanni CHRESTANI¹
Andréia Mabel BANISKI²
Wanessa ROX³
Lucas SIMON⁴
Reginaldo Ferreira BARREIROS⁵

¹Licenciado em Geografia e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPG. Bolsista recém-formado do programa de extensão universitária Universidade Sem Fronteira da SETI-PR. E-mail: carlosgeovannic@yahoo.com.br

²Zootecnista pela UEPG. Bolsista recém-formada do programa Universidade Sem Fronteira da SETI-PR. E-mail: andreiabaniski@click21.com.br

³ Estudante do quarto ano de Zootecnia da UEPG. Bolsista do programa de extensão Universidade Sem Fronteira da SETI-PR. E-mail: wanessarox@hotmail.com

⁴ Estudante do quarto ano de Agronomia da UEPG. Bolsista do programa de extensão Universidade Sem Fronteira da SETI-PR. E-mail: lucas.simon@hotmail.com

⁵ Engenheiro Agrônomo. Mestre e doutorando em Administração. Professor do Departamento de Zootecnia da UEPG. Coordenador do projeto de extensão: Apoio à Concepção de Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável no Território Centro Sul do Paraná do programa Universidade Sem Fronteira da SETI-PR. E-mail: rfbarreiros@uol.com.br

instrumentos de gestão.

Em 1995, na Conferência de Copenhague, foram validados os três pilares do desenvolvimento sustentável: social, ambiental e econômico. Em 1997, no Tratado de Amsterdã, definiu-se que a OEA - Organização dos Estados Americanos, tem por missão promover o desenvolvimento sustentável em todo o seu território. Em 2002, na Segunda Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), acordou-se pelo tratamento equilibrado, e de forma integrada, dos três pilares do desenvolvimento sustentável e ainda se definiu um plano de ação para combater a pobreza e para gestionar os recursos naturais.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o excessivo consumo de recursos naturais e a advertência em torno do futuro da humanidade, foram criados intensos debates sobre a questão do desenvolvimento, nas mais variadas escalas.

Algumas indagações, por exemplo, foram: Como desenvolver economicamente uma sociedade, sem utilizar, de forma predatória, matéria-prima extraída da natureza? Como aliar os processos econômicos e sociais, para trazerem melhor distribuição de riquezas entre os grupos humanos? Em que escala se deve trabalhar o desenvolvimento? Por fim, o que é desenvolvimento? A partir de então, e principalmente no início do século XXI, o binômio desenvolvimento sustentável passa a ser usado em muitos setores da sociedade, desde informes publicitários até estratégias de grandes empresas, tornando-se o termo da moda, muitas vezes, empregado de forma indiscriminada.

Muito além do modismo e do discurso político, efetuado em torno da questão, algumas localidades perceberam, na virada do milênio, a oportunidade de se posicionarem nesse contexto, para promoverem maior justiça social, desenvolvimento econômico e preservarem os recursos naturais. A esse exemplo, temos a consolidação do Território¹ Rural Centro Sul do Paraná (TRCSP), surgido na junção de esforços entre sociedade civil, instituições públicas e privadas.

O TERRITÓRIO RURAL CENTRO-SUL DO PARANÁ

Localizado na meso-região sudeste, do referido Estado (Paraná Tradicional), o TRCSP tem, no ano de 2005 o reconhecimento formal do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável (MDA, 2006). A discussão em torno do tema, porém já vinha ocorrendo há algum tempo. Temos, como data referencial, 1996, quando começou a formar e a capacitar conselhos gestores locais de desenvolvimento rural, nos municípios polarizados por Irati.

A criação do TRCSP propõe o desenvolvimento sustentável em dois pilares. Primeiro: formar capital humano e social [sic] e fortalecer e criar instituições

¹ Não objetivamos explicitar o conceito de território, pois este ainda é motivo para intensas discussões dentro da geografia e das ciências sociais. Assim, recomendamos a leitura das obras de Haesbaert (2006) e Castro et al. (1995) como introdutórias a esse debate.

de apoio à agricultura familiar; segundo: promover o desenvolvimento econômico e sustentável, viabilizando emprego e renda para a agricultura familiar. Em ambos os pilares, observamos a agricultura familiar como meio para o fomento à área, sendo que o expressivo número de 30.000 indivíduos, inseridos na atividade explica o fato. Assim, vemos o território como campo prático das metas políticas para o setor, capaz de garantir a manutenção dessa atividade relevante no que tange ao desenvolvimento econômico sustentável (MOREIRA, 1995).

Atualmente, o TRCSP é composto por 12 municípios², sendo: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares, destacando o município de Irati, como o de maior concentração de habitantes: 54.090 habitantes (IBGE, 2004).



Figura 1: Municípios componentes do Território Rural Centro Sul.

A formação do TRCSP exigiu a mobilização de 22 organizações não-governamentais e de 20 instituições governamentais, nos níveis municipal, estadual e federal. Para estabelecer os verdadeiros objetivos e para nortear as ações, o conselho gestor elaborou o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (2007). O documento deixa claro seu caráter, além de esclarecer a permanente construção da proposta. A ação teoricamente condiz com o novo modelo de desenvolvimento fundamentado, no uso máximo e ótimo, das potencialidades locais, em recursos naturais e humanos, e na gestão descentralizada do território, entendida como processo onde os esforços do desenvolvimento baseiam-se na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento por meio da discussão direta, onde normas e ações são estabelecidas, e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se, assim, o poder local como base do desenvolvimento. (BECKER, 2002, p. 55). É relevante destacar que o plano objetiva fortalecer a gestão social e as redes sociais de cooperação, dinamizar economicamente os municípios e regiões e a articular as políticas públicas em âmbito territorial.

² Em abril de 2008, foi negada a inclusão do possível décimo terceiro município, São João do Triunfo.

BANCO DO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Conforme a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, o Banco do Brasil passou a adotar explicitamente, em sua estratégia empresarial, ações de desenvolvimento regional sustentável, doravante DRS.

O Banco do Brasil, em seu discurso institucional, afirma sobre desenvolvimento sustentável:

“Satisfação das demandas presentes sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das gerações futuras. Esta é a definição resumida de um dos mais importantes conceitos de nossa época. Já incorporado à prática negocial do BB, migra para o discurso do executivo e lhe confere um caráter de oportunidade, modernidade e visão de longo prazo. Na prática a contribuição do Banco do Brasil nessa matéria consolida-se por meio da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), voltada especialmente para populações excluídas dos benefícios de ciclos de crescimento anteriores e que precisam melhorar seus indicadores sociais. A estratégia parte de uma ação catalisadora na comunidade, apoiando a estruturação de atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas. Essa tríade suporta um modelo de negócios que renova o tradicional papel do BB enquanto instituição alinhada às políticas públicas e promotora do desenvolvimento do País. Importante mencionar que a estratégia DRS observa os padrões técnicos, de modo a assegurar a qualidade da carteira de crédito e a preservar a imagem da empresa.”

O DRS, Desenvolvimento Regional Sustentável, é uma estratégia negocial do Banco do Brasil, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, mobilizando agentes econômicos, sociais e políticos, para apoiar atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observando e respeitando a diversidade cultural.



Figura 2: Pilares do DRS – Fonte: Banco do Brasil

O plano objetiva contribuir para gerar trabalho e renda, e para adotar práticas que permitam salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento social e ambiental, com soluções sustentáveis, inclusivas e participativas, sempre em conjunto com parceiros, num processo chamado de *concertação*³. Esse processo estimula os envolvidos a criarem soluções e a conduzirem o desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade, agregando assistência técnica, novas tecnologias, capacitação, consultoria, em todos os elos da cadeia de valor. Assim, o resultado que se espera alcançar é o desenvolvimento sustentável das regiões envolvidas, reduzindo o analfabetismo, eliminando o trabalho infantil e o trabalho forçado, capacitando profissionalmente os cidadãos, permitindo-lhes o acesso à informação e à informatização, entre outros.

Assim, a Estratégia DRS propõe-se a:

- Promover a inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda;
- Democratizar o acesso ao crédito;
- Impulsionar o associativismo e o cooperativismo;
- Contribuir para a melhora dos indicadores de qualidade de vida;
- Solidificar os negócios com micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos, formais ou informais.

A gestão da estratégia DRS está a cargo da Gerência Executiva de Desenvolvimento Regional Sustentável, vinculada ao presidente do Banco, apoiando o desenvolvimento de atividades, nas áreas rurais e urbanas (agronegócios, comércio, serviço e indústria), sendo que a atuação do BB, com a Estratégia Negocial de DRS, ocorre através do apoio a atividades produtivas, visando à cadeia de valor, identificadas como vocações ou como potencialidades, nas diferentes regiões onde o Banco está presente.

A metodologia de atuação prevê a sensibilização, a mobilização e a capacitação de funcionários do BB e de parceiros, e ainda a elaboração de amplo diagnóstico, abordando a cadeia de valor das atividades produtivas apoiadas, e identificando pontos fortes, pontos fracos, oportunidades, ameaças e potencialidades, dentre outros. Esse diagnóstico fundamenta o Plano de Negócios DRS, cujo teor define os objetivos, as metas e as ações para implementar o Plano.

A metodologia prevê: monitorar as ações definidas nos Planos de Negócios DRS e avaliar todo o processo. Esquemáticamente, a metodologia se divide nas seguintes fases:

³ Palavra inexistente na língua portuguesa. Os dicionários Aurélio Século XXI, Globo (1996) e o minidicionário Ruth Rocha (2005), registram o verbo *concertar* que significa *harmonizar, combinar e/ou anuir*, sendo *concerto* o ato ou efeito de *concertar*.



Figura 3: Fases do DRS – Fonte: Banco do Brasil

Com a Estratégia Negocial de DRS, o Banco atua não somente como instituição de crédito, mas também como catalisador de ações, fomentando, articulando e mobilizando agentes econômicos e sociais, identificando vocações e potencialidades das regiões, otimizando a capilaridade de sua rede de agências e incentivando o espírito de liderança e a capacidade de seus funcionários se mobilizarem. Dentre as ações, destacam-se capacitar os beneficiários, para serem entes ativos no processo de desenvolvimento, estimular o associativismo e o cooperativismo, introduzir novas tecnologias, disseminar a cultura empreendedora e a promover o acesso ao crédito. O principal fator de sucesso do DRS é o princípio participativo e construtivista de sua metodologia, fundado no processo de *concertação*. O termo, *concertação*, com o sentido de orquestração, é a ação integrada, harmônica e compartilhada que aglutina os diversos agentes econômicos, sociais e políticos, envolvidos na cadeia de valor das atividades produtivas.

A sociedade civil, a iniciativa privada, as associações, as cooperativas, os governos, universidades, as entidades religiosas, as ONGs, entre outros, são parceiros no



Figura 4: Concertação do DRS – Fonte: Banco do Brasil

planejamento, na coordenação e no acompanhamento do processo.

A *concertação* estimula os atores sociais a se apropriarem da metodologia DRS, e a conduzirem o processo de desenvolvimento regional, sob a ótica da sustentabilidade, pois os parceiros, uma vez organizados e comprometidos com um objetivo comum, tornam-se responsáveis por implementar as ações planejadas - além de monitorá-las - e ainda pela avaliação de todo o processo, sendo que, desde a escolha de atividades produtivas até a implementação dos Planos DRS, o processo se realiza de forma construtivista, inclusiva e participativa. As atividades produtivas são apoiadas com visão de cadeia de valor, independentemente do nível de organização dos agentes da atividade: aglomerados, arranjos produtivos locais ou cadeias produtivas. Essa visão pretende considerar todas as etapas dos processos de produzir e de distribuir, agregando valor a produtos e a serviços até o consumidor final. A cadeia de valor abrange a cadeia produtiva (matéria-prima até produto/serviço), a cadeia de distribuição (produto/serviço até o consumidor final), bem como todos os elementos de influência, direta e indireta, não descritos na forma de atividade (como governos, cooperativas e instituições públicas e privadas, entre outras).



Figura 5: Conceito de cadeia de valor do DRS – Fonte: Banco do Brasil

INSERÇÃO DA UEPG NOS PLANEJAMENTOS DE DRS DOS MUNICÍPIOS DO TRCSP

Como integrantes da equipe do projeto sobre Apoio à Concepção de Planos de Desenvolvimento Regional Sustentável no Território Centro-Sul do Paraná, pudemos constatar que, nas agências das cidades componentes do TRCSP, o Banco do Brasil já iniciara os Diagnósticos; e em alguns casos, o Plano de Negócios DRS, apesar da recente iniciativa da instituição que iniciou seus trabalhos na região Sul, no ano de 2007.

Cidades/Agências	Atividade Selecionada para o DRS
01- Fernandes Pinheiro*	Bovinocultura leiteira
02- Guairanga**	Feijão e Milho
03- Imbituva	Malhas
04- Inácio Martins	Bovinocultura leiteira
05- Ipiranga	Bovinocultura leiteira
06- Irati*	Bovinocultura leiteira
07- Ivaí	
08- Mallet	uva
09- Prudentópolis**	Feijão e Milho
10- Rebouças	Fruticultura e Hortaliças
11- Rio Azul	
12- Teixeira Soares	Bovinocultura leiteira

* Área de atuação da agência de Irati.

** Área de atuação da agência de Prudentópolis.

Quadro 1: Atividade de DRS e suas respectivas agências/cidades.

Analisando a tabela 1, notamos que em 5 cidades, a bovinocultura leiteira foi a atividade escolhida para ser desenvolverem, no programa de DRS, indicando uma potencialidade para as áreas das respectivas agências. Essa escolha, para ser desenvolvida no processo de DRS, não foi aleatória, pois como opção de geração de renda, apresenta maior potencial de expansão colaborando, para não haver tanta dependência de uma só cultura⁴, havendo com isso, maior diversificação, sendo a referida atividade importante tanto para subsistência como para obtenção de renda, contribuindo para manter as famílias no campo e para diminuir a migração campo-cidade.

Para a produção comercial de leite, visando o desenvolvimento regional, não bastam somente políticas públicas, mas são necessários também condicionantes naturais, como regiões com relevo suavemente ondulado apresentando potencial para produzir o leite devido à possibilidade de implantar forrageiras de melhor qualidade. O TRCSP apresenta essa característica, embora, o que torna uma região mais produtiva do que outra se baseie na seleção do rebanho, se este é especializado para o sistema ou não, além de utilizar pastagens cultivadas, de fertilizantes, de assistência técnica aos produtores, de manejo adotado na propriedade (alguns produtores utilizam a técnica de confinamento ou de semi-confinamento, aumentando consideravelmente a produção por hectare), e do aproveitamento da terra, com técnicas de utilização de forragens conservadas possibilitando a suplementação dos animais.

Devemos considerar o fato de que a indústria, entidade receptora e transformadora do produto, embora incentive a expansão da pecuária buscando novos mercados, pouco faz, para dar condições ao produtor, para melhorar a qualidade e aumentar a produtividade,

⁴ A este exemplo, devemos destacar o Projeto Mutirão, que visa diminuir a redução da dependência econômica do tabaco, buscando novas alternativas de renda. Este projeto teve início em maio de 2008, e será trabalhado em todo o TRCSP.

fato verificado no TRCSP. Para o grupo, poderia se realizar mais efetivamente a assistência técnica aos produtores e, por que não, fomentar a aquisição de equipamentos, como resfriadores e ordenhadeiras, indispensáveis à qualidade do produto, apresentando, porém, preços proibitivos e inibidores aos pequenos produtores, indicando a conveniência de grupos de produtores adquirirem os equipamentos. Segundo Córdova (2003), a perspectiva do setor leiteiro sujeita o produtor a menores margens de lucro, levando-o a aumentar a escala de produção e a reduzir custos que, para produzir, deverá reduzir, para crescer. No TRCSP, ao conversar com os produtores, o grupo identificou os valores entre R\$0,50 e R\$0,60, como preços pagos por litro de leite.

Como profissionais e como estudantes de extensão universitária, nos perguntamos se esta atividade, isoladamente, seria a mais viável, ou, exequível dentro do TRCSP. A dúvida surge não como descrença sobre sua potencialidade; surgem, porém, da conveniência de considerarmos o conceito da multifuncionalidade das propriedades rurais como sistemas que devem buscar a diversificação de atividades, com equidade da observação dos três pontos principais do processo de DRS (ser socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns possíveis entraves devem ganhar a atenção dos agentes coordenadores do processo, como: a oscilação do preço do leite entre a safra e a entressafra; a falta de organização dos produtores e dos diversos elos da cadeia produtiva; a resistência dos produtores à aceitação de tecnologias adequadas, como resfriadores e ordenhadeiras; a preservação da adequada qualidade do leite, requisito cada vez mais necessário entre as indústrias que disputam o mercado; além do poder das grandes redes comerciais, que muitas vezes, desvalorizam o produto primário da agricultura familiar. A solução para tais entraves passa pelo fortalecimento do poder de barganha dos produtores rurais, através do associativismo

REFERÊNCIAS

BANCO DO BRASIL. **Discurso institucional Banco do Brasil**. Brasília, 2005

_____. **Sustentabilidade: desenvolvimento regional sustentável**. Disponível em: <www.bb.com.br>

BECKER, B. K. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: BECKER, B. K. et al. (orgs.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Annablume:HUCITEC, 2002.

BENKO, G. Desenvolvimento sustentável e distritos industriais. **Revista RA'E GA**, Curitiba, ano 5, n. 5, p. 7-26, 2001.

BINSZTOK, J. Considerações sobre a organização da produção leiteira no espaço agrário brasileiro. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 4, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agricultura sustentável**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2000.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Desenvolvimento agrário como estratégia: balanço MDA 2003/2006**. Porto Alegre: Nead, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Irati, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná. **Território centro sul do Paraná**. Irati: Ministério do Desenvolvimento Agrário, [2007?]. 1 folder.

ou cooperativismo. Verifica-se, porém, certa resistência a essa idéia no TRCSP, haja vista o histórico negativo da principal cooperativa da região de Irati, que entrou em fase de liquidação, após série de problemas financeiros; assim como a base econômica regional – extrativismo, madeira, fumo e feijão - não favorecer ações cooperativistas.

Para concluir, destacamos alguns pontos que devem ser levados em consideração, ao se incentivar a produção leiteira no TRCSP:

- O sistema de cooperativismo fortalece o poder de barganha dos pequenos produtores. Deve-se investir na educação cooperativista dos produtores e dos jovens do meio rural;
- As primeiras tecnologias a serem difundidas devem ser aquelas mais baratas, que não dependem de investimento, e apresentam respostas a curto prazo, como o manejo sanitário;
- Deve-se procurar estabelecer relações harmônicas entre o produtor e a indústria de beneficiamento;
- É recomendável a introdução de forrageiras com alto potencial de produção, essenciais para aumentar a produção;
- Deve-se incentivar a melhoria da qualidade do leite e, no médio e longo prazos, da genética dos animais.

Assim sendo, a produção de leite baseia-se no tripé SUSTENTABILIDADE, COMPETITIVIDADE e LUCRATIVIDADE, sendo que a utilização adequada dos recursos naturais, o emprego racional dos insumos, a adoção de procedimentos que preservem a qualidade do leite, a sensibilização e conscientização das vantagens do cooperativismo e a conquista de novos mercados são aspectos importantes a serem observados, para desenvolver a cadeia produtiva do leite no Território Rural Centro-Sul do Paraná de modo satisfatório.

CASTRO, I.E.; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORDANI, U. G.; TAIOLI, F. A Terra, a humanidade e o desenvolvimento sustentável. In: TEIXEIRA, W. et al. (orgs.). **Decifrando a terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

CÓRDOVA, H. de A. **Importância econômica da bovinocultura leiteira**. Castro: CEEPOM, 2003. 56 slides, coloridos.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MOREIRA, R. J. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 89-111, jun. 1995.

SOUZA, M. L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma "teoria aberta" do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 5-22, jul./dez. 1996.

SOUZA, M. L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, p. 13-35, jul./dez. 1997.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.